



Simulado Final

MPU

Técnico do MPU - Administração
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final MPU (Técnico do MPU - Administração)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico do MPU - Administração do MPU**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/1Ajz7Ro4Accr6E19>

01 - A B C D E	17 - A B C D E	33 - A B C D E	49 - A B C D E	65 - A B C D E
02 - A B C D E	18 - A B C D E	34 - A B C D E	50 - A B C D E	66 - A B C D E
03 - A B C D E	19 - A B C D E	35 - A B C D E	51 - A B C D E	67 - A B C D E
04 - A B C D E	20 - A B C D E	36 - A B C D E	52 - A B C D E	68 - A B C D E
05 - A B C D E	21 - A B C D E	37 - A B C D E	53 - A B C D E	69 - A B C D E
06 - A B C D E	22 - A B C D E	38 - A B C D E	54 - A B C D E	70 - A B C D E
07 - A B C D E	23 - A B C D E	39 - A B C D E	55 - A B C D E	71 - A B C D E
08 - A B C D E	24 - A B C D E	40 - A B C D E	56 - A B C D E	72 - A B C D E
09 - A B C D E	25 - A B C D E	41 - A B C D E	57 - A B C D E	73 - A B C D E
10 - A B C D E	26 - A B C D E	42 - A B C D E	58 - A B C D E	74 - A B C D E
11 - A B C D E	27 - A B C D E	43 - A B C D E	59 - A B C D E	75 - A B C D E
12 - A B C D E	28 - A B C D E	44 - A B C D E	60 - A B C D E	76 - A B C D E
13 - A B C D E	29 - A B C D E	45 - A B C D E	61 - A B C D E	77 - A B C D E
14 - A B C D E	30 - A B C D E	46 - A B C D E	62 - A B C D E	78 - A B C D E
15 - A B C D E	31 - A B C D E	47 - A B C D E	63 - A B C D E	79 - A B C D E
16 - A B C D E	32 - A B C D E	48 - A B C D E	64 - A B C D E	80 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/9WaC>

MÓDULO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

1. Assinale a opção que apresenta a frase em que o adjetivo sublinhado mostra uma opinião do autor do texto.
 - a) Meu restaurante deve comprar somente carne fresca.
 - b) O livro elege os cem melhores poemas brasileiros do século XX.
 - c) As borboletas mostravam um voo desengonçado.
 - d) As autoridades falaram sobre o novo perigo nuclear.
 - e) Assaltos frequentes assustam os moradores da região.
2. Assinale o fragmento textual a seguir que deve ser classificado como injuntivo.
 - a) Você pode dizer-me as horas?
 - b) Eu tenho a tua palavra de honra?
 - c) Ela me faz tão feliz!
 - d) O professor entra na sala e inicia a aula.
 - e) É importante praticar a escrita.
3. As frases a seguir mostram um termo sublinhado que se refere a um termo anterior (coesão). Assinale a frase em que esse termo sublinhado se refere a um termo posterior.
 - a) Encontrei o professor numa festa, mas nunca mais o vi.
 - b) O homem é aquilo que ele come.
 - c) Deus fez o homem à Sua imagem e semelhança.
 - d) Trabalhar sempre: esse é o segredo do sucesso.
 - e) Cheguei à conclusão de que isto é o mais importante: não perder o emprego.

Nossas atividades nas redes sociais podem oferecer um retrato bastante fiel – e muitas vezes não intencional – de nosso bem-estar mental. Portanto, não é de se espantar que profissionais cujo trabalho é zelar por nossa saúde emocional agora estejam explorando como usar esses canais para medir a quantas andam as emoções das pessoas.

Um estudo realizado pela Universidade Brunel, do Reino Unido, com 555 usuários do Facebook, mostrou que os mais extrovertidos tendem a postar mais sobre atividades sociais e sobre seu dia a dia, e o fazem com frequência. Já indivíduos com baixa autoestima acabam fazendo mais postagens sobre seus cônjuges ou parceiros. Por outro lado, pessoas com traços de neurose podem usar a rede social para validação e para chamar a atenção, enquanto aquelas mais narcisistas costumam exibir suas conquistas ou discorrer sobre suas dietas e rotinas de atividade física.

(Adaptado de: NOGRADY, Bianca. BBC Brasil. www.bbc.com/portuguese/vert-fut-37816962)

4. Sobre a estruturação do texto, assinale a afirmação correta.
 - a) O primeiro parágrafo apresenta o tema, enquanto o segundo indica as causas de as atividades nas redes sociais serem um retrato fiel dos usuários.
 - b) Sendo um texto de caráter descritivo, cada um dos parágrafos explora características distintas do tema.
 - c) O texto utiliza o método indutivo de raciocínio.
 - d) O tema discutido no texto é o aumento da incidência de transtornos mentais na era das redes sociais.
 - e) O segundo parágrafo tem a finalidade de trazer exemplos para o que se diz no primeiro parágrafo.
5. Assinale a frase que se mostra inteiramente coerente.
 - a) Segredo, só guarda quem não sabe.
 - b) A razão é um sol severo: ilumina, mas cega.
 - c) Como eu disse antes, eu nunca me repito.
 - d) Avise-me se você não receber esta carta.
 - e) Os imbecis deixam as suas impressões digitais no que dizem.

6. Assinale a frase em que a comparação não aparece explicada.

- a) A saúde é como a porcelana: se não tomar cuidado, quebra.
- b) Os homens são como os livros, muitas vezes são apreciados tarde em demasia.
- c) Os hospitais, assim como os hotéis, só recebem gente em trânsito.
- d) Beneficiar vilões é como jogar água ao mar.
- e) A riqueza assemelha-se à água do mar: quanto mais alguém bebe dela, mais sede tem.

João ganhava apenas o necessário para endividar-se.

7. Assinale a opção que indica a frase em que a modificação da oração reduzida em destaque para uma desenvolvida tenha sido feita de forma adequada.

- a) para que se endividasse.
- b) para o endividamento.
- c) para que se endivide.
- d) para que se endividava.
- e) para que se endividara.

8. Assinale a opção que apresenta o termo que não faz parte do campo semântico da computação.

- a) computador
- b) processador
- c) aplicativo
- d) vírus
- e) vacina

9. Assinale a frase em que a utilização do acento grave indicativo da crase está correta.

- a) As crianças dedicavam-se as tarefas escolares.
- b) Foi acordada às cinco da manhã com fogos de artifício.
- c) Ao receber o presente, começou à chorar de emoção.

d) Joana e seus filhos visitaram à fazenda do tio no feriado.

e) Ele se referiu à uma heroína do cinema.

10. Assinale a opção que apresenta a frase em que o termo sublinhado mostra valor figurado (não lógico).

- a) O pássaro cantava lindamente naquela manhã.
- b) A professora advertiu seus alunos sobre seu péssimo comportamento.
- c) Parece claro que a economia mundial crescerá menos neste ano.
- d) Nossa má educação cria um abismo entre as pessoas.
- e) A filosofia, como a arte, não enterra o seu passado.

11. Assinale a opção que apresenta o texto publicitário ou propagandístico que apela para a intimidação do leitor.

- a) Seja você a mudança de que o mundo precisa. Junte-se ao nosso projeto e faça a diferença!
- b) Use nosso creme antienvelhecimento e mantenha sua pele jovem por mais tempo. Você merece se sentir bem!
- c) Sem um antivírus atualizado, seus dados estão em risco. Proteja-se agora antes que seja tarde demais.
- d) Compre nosso curso e receba grátis uma aula bônus.
- e) Vista nossa nova coleção para mulheres poderosas!

12. Assinale a frase que exemplifica a função conativa de linguagem.

- a) Se beber, não dirija!
- b) A tristeza tomou conta do ambiente.
- c) O não produz inimigos; o sim, falsos amigos.
- d) O céu estava nublado e a chuva começou a cair lentamente.
- e) Que dia lindo está fazendo hoje!

13. Assinale a frase em que a forma do gerúndio está mal-empregada pelo fato de as ações expressas não poderem ser simultâneas.

- a) Entrou no salão cantando o hino nacional.
- b) Caiu um raio na floresta, incendiando muitas árvores.
- c) Escrevia em seu caderno ouvindo música.
- d) Chegou à festa sorrindo.
- e) Saiu do casamento chorando de emoção.

14. Um dos problemas da comunicação entre as pessoas é a possibilidade de ambiguidade da mensagem.

Assinale a frase em que há essa possibilidade de ambiguidade.

- a) Para quem é pouca coisa, basta-lhe pouca coisa
- b) Não sei o que fazer diante desse problema.
- c) O cargo de oficial de justiça é importante
- d) Conheço uma professora de Literatura inglesa.
- e) A História esclarece somente fatos passados.

Todo discurso tem uma dimensão argumentativa. Alguns se apresentam como explicitamente argumentativos (por exemplo, o discurso político, o discurso publicitário), enquanto outros não se apresentam como tal (por exemplo, o discurso didático, o discurso romanesco, o discurso lírico). No entanto, todos são argumentativos: de um lado, porque o modo de funcionamento real do discurso é o dialogismo; de outro, porque sempre o enunciador pretende que suas posições sejam acolhidas, que ele mesmo seja aceito. Se, como ensinava Bakhtin, o dialogismo preside a construção de todo discurso, então um discurso será uma voz nesse diálogo discursivo incessante que é a história.

FIORIN, José Luiz. Disponível em :

<www.editoracontexto.com.br/blog/argumentacao-jose-luiz-fiorin/>.

Acesso em: 13 dez. 2018 (adaptado).

15. Um dos argumentos empregados nesse pequeno texto pode ser caracterizado como

- a) raciocínio por analogia.
- b) apelo a exemplos históricos.
- c) testemunho de autoridade.
- d) relação de concessão.
- e) apelo a experiências pessoais do autor.

16. Muitas vezes, quando raciocinamos, cometemos erros, as chamadas falácias argumentativas, que podem ser produzidas a partir de premissas ou proposições falsas, conclusões inadequadas ou falhas lógicas. Em todos os textos abaixo ocorrem falácias; o texto em que essa falácia está identificada de forma INCORRETA é:

- a) Dois políticos daquele partido foram condenados por corrupção. Logo, todos os políticos do partido são corruptos. / generalização excessiva
- b) Não devemos levar a sério o que ele diz sobre meio ambiente — afinal, ele nem recicla o próprio lixo! / ad hominem
- c) Ou você é a favor da reforma, ou está contra o progresso do país. / falsa dicotomia
- d) Desde que Ana foi contratada, as vendas da empresa dispararam. Logo, Ana foi a principal responsável pelo aumento das vendas. / falsa relação de causa e consequência
- e) Os alunos daquela turma não se esforçam nas atividades. Essa geração está perdida! / simplificação exagerada

O vale é recoberto por um tapete verde que se desenrola até onde a vista alcança, pontilhado aqui e ali por pequenas manchas coloridas das flores silvestres e das copas das árvores. Casas esparsas se distribuem pela encosta, com telhados vermelhos que contrastam com o verde ao redor. Na vila, crianças brincam em frente a uma escola, enquanto alguns idosos conversam sob a sombra de uma árvore antiga.

17. O processo descritivo empregado no texto é

- a) de baixo para cima
- b) de longe para perto.
- c) de fora para dentro
- d) de dentro para fora
- e) do particular para o geral

18. Em todas as frases abaixo está presente a conjunção E

Assinale a opção que indica a frase em que esse significado está indicado erradamente.

- a) Chegou atrasado e perdeu a primeira parte da reunião. / consequência
- b) Levantou-se da cama e preparou o café da manhã. / adição
- c) Chegou cedo ao aeroporto e perdeu o voo. / oposição
- d) Correu pela orla e aproveitou o pôr do sol. / consequência
- e) Ela chorava e chorava, como se nunca fosse parar. / intensidade

Um filósofo uma vez disse: “Fala como sábio a um ignorante e este te dirá que tens pouco bom senso.”

19. Com essa frase, o autor quer mostrar que

- a) a linguagem deve ser adequada à situação comunicativa.
- b) o respeito à norma culta é essencial em todos os contextos.
- c) os sábios não sabem falar na linguagem popular.
- d) a língua escrita é melhor que a língua falada.
- e) a forma erudita da língua é a melhor para fazer filosofia.

20. Assinale a frase na qual o termo sublinhado desempenha o papel de agente e não de paciente.

- a) Toda a família é responsável pela educação dos filhos.
- b) A divulgação do projeto foi bem recebida pela comunidade.
- c) O cuidado da mãe foi essencial para a recuperação da criança.
- d) A realização da tarefa demandou bastante esforço.
- e) Os alunos realizaram a leitura do livro na semana anterior.

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE*André Rocha*

21. O Município ABC, por meio do órgão municipal de meio ambiente, lavra auto de infração face à indústria de alumínio Metal S/A por emissão de efluentes sem tratamento no corpo hídrico de domínio estadual, fato que tornou necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade em razão da baixa qualidade da água após tal emissão. Sequencialmente, o Estado XYZ, responsável pelo licenciamento ambiental do aludido empreendimento e onde se localiza o município, por meio do órgão estadual de meio ambiente, ao receber denúncia do fato, também lavrou auto de infração pelo mesmo motivo que o Município ABC.

Considerando a situação e com base na legislação ambiental aplicável e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- a) Em virtude de interesse público ambiental, podem coexistir ambos autos de infração, de modo que a indústria Metal S/A responderá nas esferas municipal e estadual.
- b) Prevalecerá o auto de infração ambiental lavrado pelo órgão estadual, por ser aquele que detém a atribuição de licenciamento ambiental.
- c) O Município não poderia ter lavrado auto de infração em caso de omissão do órgão estadual, visto que apenas o órgão licenciador possui tal atribuição.
- d) O fato analisado é atípico, razão pela qual nem o Município ABC nem o Estado XYZ poderiam ter lavrado o auto de infração.
- e) O auto de infração do órgão estadual é inócuo, porquanto não poderia ter exercido seu poder de polícia por força de denúncia.

22. Tíbio e Perônio, sócios administradores da farmacêutica Alfa Ltda., ao solicitar a licença prévia de um novo empreendimento da instituição, decidiram omitir a informação de que a localização da nova sede se daria em cima de uma área de nascente, a qual deveria ser protegida nos termos do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), com vistas à célere aprovação da licença por parte do órgão ambiental.

Sobre a aludida situação, assinale a alternativa correta.

- a) Ambos os sócios administradores poderão ser responsabilizados por crime ambiental, sem prejuízo da responsabilidade da pessoa jurídica envolvida.
- b) Havendo a responsabilidade das pessoas físicas autoras ou coautoras do fato, exclui-se a responsabilidade da pessoa jurídica, sob pena de configurar *bis in idem*.
- c) Tanto as pessoas físicas quanto jurídicas ficam sujeitas à responsabilização ambiental, sendo vedada a desconsideração destas quando sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- d) O crime citado, na sua modalidade dolosa, admite pena de detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.
- e) O fato citado configura-se apenas como infração administrativa, não havendo tipificação penal prevista na lei.

23. A sociedade empresária Beta Ltda., fabricante de autopeças, deseja importar resíduos sólidos para fins de logística reversa.

Considerando essa situação, nos termos da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é correto afirmar que

- a) é proibida a importação de resíduos sólidos e de rejeitos, inclusive de papel, derivados de papel, plástico, vidro e metal, razão pela qual tal procedimento será inviável.
- b) a importação será permitida apenas se se tratar de pneus inservíveis.
- c) a sociedade empresária poderá realizar o procedimento de importação ainda que os resíduos sejam classificados como perigosos, exceto se forem pneus, nos termos do regulamento.
- d) a importação poderia ser realizada desde que os resíduos não fossem perigosos.
- e) a importação é vedada por se tratar de fabricantes de autopeças, havendo exceção apenas para a importação de materiais e minerais estratégicos, como aparas de papel de fibra longa.

24. O prefeito do Município Delta deseja criar, por decreto municipal, um Parque Natural Municipal, com o objetivo de promover o turismo ecológico, mas este abrangeria alguns terrenos particulares da cidade. Consultando o procurador do município sobre o fato, o prefeito recebeu a informação correta que

- a) O Parque Natural Municipal, por ser uma categoria de unidade de conservação de proteção integral, exige lei específica para criação, não podendo ser criada por decreto.
- b) A unidade poderia ser criada por decreto e as áreas particulares não precisariam ser desapropriadas, desde que fosse possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.
- c) Parque Natural Municipal não é uma categoria de unidade de conservação prevista na Lei do SNUC

(Lei nº 9.985/2000), motivo pelo qual não poderia ser criada.

- d) O Parque Natural Municipal poderia ser criado por decreto, mas as áreas particulares incluídas em seus limites deveriam ser desapropriadas.
- e) O Parque Natural Municipal, por ser uma categoria de unidade de conservação de proteção integral, não admite atividades de turismo ecológico, apenas o uso indireto dos recursos, razão pela qual dever-se-ia alterar a destinação específica da unidade.

25. Considerando as disposições da Lei nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, analise as afirmativas a seguir e assinale V, para verdadeiro, e F, para falso.

- () As medidas de adaptação são aquelas que buscam reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.
- () As emissões são os processos ou atividades que liberem na atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa.
- () Um sumidouro é um processo, atividade ou mecanismo que remova da atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa.

A sequência correta é:

- a) V – F – V.
- b) V – V – V.
- c) F – F – V.
- d) V – F – F.
- e) F – V – V.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE*Géssica Ehle*

26. São tratados incorporados no Brasil com status de emenda constitucional, na forma do Art. 5º, parágrafo 3º, da Constituição Federal de 1988:

- a) Convenção Americana sobre Direitos Humanos e Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.
- b) Pacto de São José da Costa Rica e Declaração Universal de Direitos Humanos.
- c) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas com Deficiência Visual.
- d) Convenção Americana sobre Direitos Humanos e Convenção sobre os Direitos da Criança.
- e) Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

27. Acerca da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, julgue os itens a seguir.

- I. Erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares até 2030 é meta disposta pela Agenda 2030, de modo que por “pobreza extrema” compreende-se pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia.
- II. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas é um plano global de ações composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas universais, construído após intensa consulta pública mundial com grande foco nas pessoas mais vulneráveis.
- III. Uma das preocupações da Agenda 2030 é acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

28. Sobre a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, julgue a alternativa incorreta.

- a) Apesar de sua relevância junto ao Sistema Interamericano, tal Convenção tem natureza supralegal junto ao ordenamento jurídico brasileiro
- b) O Pacto aduz que toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida, que deverá ser protegida desde o momento da concepção, de modo que ninguém poderá ser privado da vida de modo arbitrário.
- c) Sobre a finalidade essencial das penas privativas da liberdade, essas devem pretender a compensação do dano proporcionalmente à ofensa sofrida e a readaptação social dos condenados.
- d) A Convenção já prevê, como garantia judicial do acusado, que sua confissão só será válida se feita sem coação de nenhuma natureza.
- e) Estado-Parte que sofra emergência que ameace sua independência ou segurança poderá adotar disposições que, na medida e pelo tempo estritamente limitados às exigências da situação, suspendam as obrigações contraídas em virtude da Convenção, desde que não englobem, dentre outros, direitos políticos.

29. As opções a seguir apresentam casos brasileiros analisados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, à exceção de um. Assinale-o.

- a) Caso Maria e outros
- b) Caso Sales Pimenta
- c) Caso Ximenes Lopes
- d) Caso Honorato e outros
- e) Caso dos Santos Nascimento e Ferreira Gomes

30. Pedro, empresário de 33 anos, ficou em coma na sequência de um grave acidente de carro. Diante da incerteza quanto a sua recuperação, seu irmão e sócio, Luiz, pediu sua curatela para poder dar continuidade aos negócios da empresa. Ao longo do processo de reabilitação, Pedro recuperou a consciência, restando sequelas na área motora que passaram a ser tratadas com fisioterapia. Para facilitar seus atos cotidianos, Pedro pensa em optar pela tomada de decisão apoiada.

Sobre essa situação e de acordo com a legislação que trata dos direitos da pessoa com deficiência, é correto afirmar que

- a) Enquanto curador de Pedro, Luiz poderia fazer fotos e vídeos e postar na rede social do irmão para registrar sua recuperação.
- b) Como Pedro ainda terá de passar por fisioterapia, Luiz deverá continuar como seu curador tendo em vista seu capacitismo.
- c) Uma vez que recuperou sua capacidade de exprimir a vontade, Pedro poderá eleger seus apoiadores por meio do processo de tomada de decisão apoiada.
- d) Para o início de sua recuperação, Pedro soube que deverá providenciar novas vias de alguns de seus documentos oficiais, razão pela qual deverá manter-se curatelado.
- e) Em razão da extensão do termo de curatela, Luiz sempre poderá opinar quanto aos tratamentos e procedimentos que Pedro vier a realizar para sua habilitação.

MÓDULO II

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Tiago Zanolla

31. Durante sessão solene no Senado Federal, foi aprovado, por maioria absoluta e mediante voto secreto, o nome de Alexandre, membro do Ministério Público Militar, para o cargo de Procurador-Geral da República. Ato contínuo, o Presidente da República editou o decreto de nomeação. Considerando os preceitos legais e constitucionais aplicáveis, é correto afirmar que

- a) houve vício no procedimento, pois somente membros do Ministério Público Federal podem ser nomeados Procurador-Geral da República.
- b) o procedimento está correto, desde que tenha sido observada a escolha dentre os Subprocuradores-Gerais da República.
- c) o ato é inválido, pois a nomeação depende de lista tríplice elaborada pelos membros do MPU e referendada pelo CNMP.
- d) o procedimento está correto, desde que Alexandre seja membro da carreira do MPU, independentemente do ramo.
- e) o ato de nomeação deveria ter sido precedido de autorização da Câmara dos Deputados, em votação por maioria simples.

32. Maria, membro do Ministério Público de Goiás, pretende ajuizar uma reclamação no Supremo Tribunal Federal, alegando violação a súmula vinculante por decisão do Tribunal de Justiça local. Um colega alertou que ela deveria solicitar autorização ou ratificação do Procurador-Geral da República. À luz da jurisprudência do STF e dos princípios institucionais do MP, a orientação está:

- a) correta, pois a atuação do MP estadual no STF depende de ratificação pelo PGR.
- b) incorreta, pois o MP estadual possui legitimidade autônoma para atuar em processos de sua atribuição no STF.
- c) correta, pois o PGR é o único legitimado a atuar no STF em nome do Ministério Público.
- d) incorreta, pois o MP estadual pode atuar no STF, mas apenas após homologação pelo CNMP.
- e) correta, apenas se a atuação envolver ação direta de inconstitucionalidade.

33. André, membro do MPF, está sendo processado por ato praticado fora de suas atribuições institucionais. Ele manifestou intenção de atuar como seu próprio defensor na fase inicial do processo penal. Com base na jurisprudência do STF e na legislação aplicável, é correto afirmar:

- a) A autodefesa é direito personalíssimo e independe de proibição legal expressa.
- b) O membro do MP pode exercer advocacia em causa própria, desde que não interfira no cargo.
- c) É vedado a membro do MP atuar em defesa própria, mesmo em causa penal, por ser atividade privativa da advocacia.
- d) A vedação à autodefesa aplica-se apenas aos magistrados, não aos membros do MP.
- e) A Constituição permite a defesa em nome próprio, salvo se envolver prerrogativa de função.

34. Em fiscalização interna, identificou-se que um Procurador da República em exercício no primeiro grau foi denunciado por crime de responsabilidade por omissão no dever de fiscalização orçamentária. Qual o órgão competente para o julgamento da denúncia?

- a) Supremo Tribunal Federal.
- b) Superior Tribunal de Justiça.
- c) Tribunal Regional Federal.
- d) Senado Federal.
- e) Justiça Federal de 1ª instância.

35. Durante aula sobre a estrutura do Ministério Público da União, o professor apresentou diferentes cenários para análise dos alunos. Em um deles, mencionou que determinado membro do MPU atua perante as Auditorias Militares. Em outro, destacou um membro com atribuição junto ao STJ e outro, ainda, que oficia perante Juízes Federais em comarcas onde não há sede da Procuradoria. Considerando os cargos e os respectivos foros de atuação no âmbito do MPU, assinale a alternativa correta:

- a) Os Promotores da Justiça Militar atuam exclusivamente perante o Superior Tribunal Militar.
- b) Os Subprocuradores-Gerais da República atuam exclusivamente perante os Juízes Federais e TRFs.
- c) Os Procuradores da República atuam exclusivamente junto ao TRF da região de sua lotação.
- d) Os Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar atuam junto ao STM e à Câmara de Coordenação e Revisão.
- e) Os Procuradores Regionais da República atuam perante o STJ por delegação do PGR.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

36. Carla e Ana vivem em união estável homoafetiva e realizaram o procedimento de inseminação artificial, cabendo à Ana a realização da gestação. Carla é servidora efetiva e Ana ocupa cargo comissionado. Por motivos profissionais, Ana não pode se afastar, e Carla solicitou a licença-maternidade. O órgão negou, alegando que a licença só poderia ser concedida à servidora gestante.

Acerca do regime constitucional aplicável aos servidores públicos, com base na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta:

- a) ambas teriam direito à licença-maternidade, sendo que Carla poderá usufruir do benefício pelo prazo geral da licença-maternidade, uma vez que Ana optou por não usufruir do benefício.
- b) apenas Carla teria direito à licença-maternidade, por ser efetiva, mas somente se fosse a gestante.
- c) Ana não faria jus à licença, por exercer cargo de provimento em comissão.
- d) ambas têm direito à licença-maternidade, de igual duração, em razão da isonomia.
- e) nenhuma das duas teria direito à licença-maternidade, por falta de previsão legal.

37. Acerca dos atos de improbidade que atentam contra os princípios administrativos, da reforma da Lei de Improbidade e da indisponibilidade dos bens, nos termos do previsto na Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa (LIA) e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a opção correta:

- a) o rol de atos que atentam contra os princípios é considerado exemplificativo.
- b) a violação dos princípios da administração pública depende da ocorrência de dano ao patrimônio público ou de enriquecimento ilícito do agente.
- c) não há abolição da tipicidade da conduta de improbidade administrativa, reconhecida antes das alterações dadas pela Lei 14.230/2021, quando os fatos analisados evidenciarem a concretização das novas hipóteses de condutas previstas nos incisos do art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa, como no caso do nepotismo, em razão do princípio da continuidade típico-normativa.
- d) as disposições da Lei n. 14.230/2021 não são aplicáveis aos processos em curso para regular o procedimento da tutela provisória de indisponibilidade de bens, por se tratar de medida processual, de modo que as medidas já deferidas não devem ser reapreciadas para fins de adequação à atual redação dada à Lei de Improbidade.
- e) para fins de indisponibilidade de bens, que se aplica até mesmo quanto aos atos que atentam contra os princípios, há solidariedade entre os corréus da ação de improbidade administrativa, de modo que a constrição deve recair sobre os bens de todos eles, sem divisão em quota-parte, limitando-se o somatório da medida ao *quantum* determinado pelo juiz, sendo defeso que o bloqueio corresponda ao débito total em relação a cada um.

38. Mateus é prefeito municipal e acabou de realizar a sua prestação de contas anual, relativamente aos seus atos de governo e de gestão. O processo foi encaminhado para o Tribunal de Contas do Estado – TCE e, após avaliação da Corte, as contas foram remetidas à Câmara Municipal. Sem prejuízo do envio ao Legislativo, o TCE julgou as contas de gestão, aplicando multa ao prefeito municipal por irregularidades identificadas.

Paralelamente, Mateus foi notificado acerca da instauração de procedimento de tomada de contas especial que tramitava no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, versando sobre irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados ao município em que Mateus era prefeito por meio de convênio interfederativo de repasse de verbas. A tomada de contas especial foi julgada pelo TCU, com aplicação de sanções a Mateus, sendo que tais contas não passaram pelo crivo do legislativo municipal.

Considerando as situações hipotéticas acima, marque a alternativa correta, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF. Considere que o TCE é o órgão técnico que presta o auxílio às câmaras municipais no controle externo municipal.

- a) As contas anuais de governo e de gestão do prefeito deveriam ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, cabendo à Câmara Municipal alterar o julgamento mediante dois terços de seus membros.
- b) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, mas subsistiria a prerrogativa do Legislativo de alterar o julgamento por meio de dois terços dos seus membros. Por outro lado, as contas de governo e de gestão são julgadas pelo Legislativo, que deverá seguir o parecer vinculante da Corte de Contas estadual.
- c) As contas de governo, de gestão e de convênios interfederativos de repasse de verbas públicas são julgadas pelo Poder Legislativo, mediante quórum de dois terços dos seus membros, cabendo aos tribunais de contas apenas a emissão dos pareceres prévios.

d) Compete aos Tribunais de Contas o julgamento das contas de Prefeitos que atuem na qualidade de ordenadores de despesas; essa competência, quando atestada a irregularidade de contas de gestão prestadas por Prefeitos ordenadores de despesa, se restringe à imputação de débito e à aplicação de sanções fora da esfera eleitoral, independentemente de ratificação pelas Câmaras Municipais.

e) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, sem que haja posterior análise pelo Poder Legislativo; o TCE não tem competência para julgar as contas de gestão do prefeito, mas apenas para emitir o parecer prévio; a Câmara Municipal tem competência para julgar as contas de governo e de gestão, sendo imprescindível o quórum de dois terços para contrariar o parecer prévio da Corte de Contas.

39. Durante uma auditoria fiscal em uma *startup* de análise de crédito, o Auditor da Receita Estadual identificou que a empresa coleta e compartilha dados de consumidores com outras *fintechs*, inclusive dados sensíveis, como origem racial e histórico médico. O compartilhamento é feito com base em cláusula genérica de consentimento no contrato eletrônico. Não há informações claras sobre os critérios de uso dos dados ou os responsáveis pelo tratamento. Com base na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), assinale a alternativa correta:

- a) o consentimento genérico é válido desde que o titular não manifeste oposição expressa ao tratamento dos dados.
- b) dados sensíveis podem ser compartilhados livremente entre empresas, desde que constem em contratos assinados digitalmente.
- c) a ausência de transparência na identificação dos responsáveis não afeta a validade do tratamento de dados.
- d) o tratamento de dados sensíveis para fins de análise de crédito dispensa consentimento específico.
- e) o consentimento deve ser específico, destacado e baseado em finalidade legítima, sendo nulo quando genérico ou baseado em cláusulas obscuras.

40. Durante situação de emergência pública declarada no Município Alfa, a Administração contratou, por dispensa de licitação, a sociedade empresária Gama, para fornecimento imediato de materiais médicos. Passados treze meses da contratação inicial e persistindo a situação emergencial, cogita-se a possibilidade de nova contratação direta da mesma empresa, com fundamento na mesma situação. À luz da legislação aplicável e do entendimento consolidado pela jurisprudência, assinale a alternativa correta:

- a) a sociedade empresária Gama poderá ser novamente contratada diretamente, desde que demonstre ter capacidade técnica e vantajosidade na nova proposta.
- b) a vedação legal à recontração da sociedade empresária Gama é inconstitucional, pois viola os princípios da eficiência e da continuidade do serviço público.
- c) a sociedade empresária Gama poderá ser contratada diretamente apenas se o novo contrato tiver por base um fundamento legal diverso do utilizado na contratação anterior, sendo vedada a prorrogação pelo mesmo motivo, ainda que o prazo total fosse inferior a um ano.
- d) a sociedade empresária Gama poderia ser novamente contratada com base no mesmo dispositivo legal, desde que se tratasse de nova emergência ou calamidade pública, distinta da anteriormente declarada.
- e) a vedação à recontração da sociedade empresária Gama aplica-se a qualquer hipótese futura de contratação direta, mesmo que por novo fundamento legal ou em nova situação emergencial.

41. Rodrigo é tabelião de notas em uma cidade do interior. Em uma ocasião, ele foi responsável por lavrar uma escritura pública de venda de imóvel, onde cometeu um erro ao registrar a descrição do imóvel, colocando a área errada. Devido a essa imprecisão, Ana, a compradora, enfrentou dificuldades para obter o financiamento bancário necessário para a aquisição do imóvel, o que lhe causou perda financeira e transtornos significativos. Ana só conseguiu resolver a situação e obter o financiamento após 18 meses, quando o erro foi corrigido por meio de uma nova escritura pública. Ana decidiu ajuizar uma ação de indenização, alegando que o erro do tabelião lhe causou danos financeiros. Diante desse cenário, sobre a responsabilidade do Estado e a ação de indenização proposta por Ana, assinale a alternativa correta:

- a) a ação deverá ser proposta contra o Estado e não contra o tabelião, sendo que aquele responde objetivamente pelos atos dos tabeliões que, no exercício de suas funções, causarem danos a terceiros, cabendo o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.
- b) o Estado responde de forma subjetiva e subsidiária diante do dano causado pelos atos dos tabeliões.
- c) a responsabilidade do Estado é solidária com a do tabelião.
- d) a responsabilidade civil é objetiva e primária do tabelião, sendo que a ação deverá ser proposta contra este, podendo o tabelião propor ação de regresso contra o seu funcionário que cometeu o erro, no caso de dolo ou culpa.
- e) Ana pode ajuizar a ação de indenização diretamente contra o tabelião, que poderá propor ação de regresso contra o Estado.

42. Sobre a convalidação de atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) a convalidação é uma forma de extinção do ato administrativo, uma vez que desfaz os efeitos do ato viciado.
- b) a convalidação de um ato administrativo gera efeitos prospectivos (*ex nunc*), mantendo os efeitos produzidos após sua correção.
- c) a convalidação é possível em atos administrativos com vícios de competência, desde que não seja exclusiva, e de forma, desde que não essencial.
- d) para que um ato administrativo seja convalidado é indispensável que o vício seja insanável e cause lesão ao interesse público.
- e) todos os vícios de um ato administrativo podem ser corrigidos por meio da convalidação, incluindo os vícios de finalidade e de objeto.

43. O Estado Alfa adotou os procedimentos para cobrança do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da sociedade de economia mista Gama, que pertence à União. Segundo o Estado, por se tratar de entidade de direito privado, não seria aplicável à empresa estatal o benefício da imunidade tributária recíproca.

A sociedade de economia mista Gama, contudo, informou que, por ser prestadora de serviços públicos, em regime de exclusividade, faz jus à imunidade tributária prevista na Constituição Federal.

Sobre o tema, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode-se afirmar que:

- a) o argumento da empresa estatal não procede, tendo em vista que a imunidade tributária somente se aplica às entidades de direito público.
- b) todas as empresas estatais prestadoras de serviços públicos gozam de imunidade tributária recíproca.
- c) o argumento da sociedade de economia mista é procedente, desde que não ocorra distribuição de lucros entre os seus acionistas.
- d) a imunidade tributária recíproca aplica-se a todas as entidades da administração pública.

- e) em razão do princípio da indisponibilidade, o instituto da imunidade tributária é inconstitucional.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

44. Lucas, servidor público federal, teve sua promoção funcional negada por decisão administrativa fundamentada em interpretação controvertida de norma interna, mesmo preenchendo todos os requisitos objetivos para o avanço na carreira. Após tentar resolver a situação administrativamente sem sucesso, buscou ajuda jurídica para reverter a situação. Seu advogado analisou o caso e entendeu que o ato foi ilegal, pois violou direito subjetivo de Lucas, líquido e certo, comprovável por documentos oficiais já existentes. Considerando o caso narrado e os remédios constitucionais previstos na CF/1988, assinale a alternativa que apresenta o instrumento processual mais adequado para a tutela do direito violado:

- a) Habeas corpus, pois houve violação a direito fundamental do servidor público, justificando-se a concessão de ordem em defesa da sua dignidade funcional.
- b) Ação popular, pois o ato administrativo ilegal que negou a promoção de Lucas viola o princípio da moralidade administrativa, sendo passível de anulação por qualquer cidadão.
- c) Mandado de segurança, pois o direito à promoção funcional é líquido e certo, e o ato administrativo violador é de autoridade pública, não sendo cabível habeas corpus nem habeas data.
- d) Habeas data, pois a obtenção da promoção funcional depende do acesso e eventual retificação de informações constantes no banco de dados funcional da Administração.
- e) Mandado de injunção, pois a norma interna que disciplina a promoção é de eficácia limitada e ainda carece de regulamentação, impedindo o exercício pleno do direito de Lucas.

45. Carla, jornalista investigativa, publicou reportagem sobre práticas médicas ilegais em clínicas clandestinas. Uma das matérias relatava a realização de interrupções voluntárias de gravidez em fetos diagnosticados com microcefalia causada por zika vírus, com base em laudos médicos e entrevistas com pacientes e profissionais. O conteúdo causou grande repercussão social e levou o Ministério Público a ajuizar ação contra as clínicas envolvidas. Contudo, alguns grupos religiosos passaram a ameaçar Carla nas redes sociais, acusando-a de “incentivar o aborto” e exigindo a sua punição criminal por apologia ao crime.

Diante do caso apresentado, e com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre os direitos fundamentais previstos no art. 5º da CF/1988, assinale a alternativa correta

- a) Carla praticou crime de apologia ao aborto, já que a reportagem dá visibilidade à prática, e a liberdade de expressão não protege condutas contrárias à moral pública.
- b) A liberdade de manifestação do pensamento não é absoluta, razão pela qual Carla poderá responder civil e penalmente pela reportagem, independentemente de sua veracidade.
- c) A divulgação da reportagem está amparada pela liberdade de informação e de expressão jornalística, sendo vedada qualquer forma de censura ou punição pela opinião expressa.
- d) O direito à vida do nascituro é absoluto, de modo que a simples menção à prática de aborto em qualquer hipótese fere o preceito constitucional.
- e) A responsabilização de Carla depende exclusivamente da comprovação de que a matéria foi publicada com intenção de causar dano à imagem das clínicas clandestinas.

46. Rafael, foi vítima de sucessivos episódios de violência psicológica e física praticados por seu companheiro, João, em contexto de relação afetiva e convivência doméstica. Ao buscar proteção legal, teve negado o pedido de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, sob o fundamento de que a norma teria aplicação exclusiva às mulheres cisgênero. Diante da omissão legislativa quanto à proteção específica de homens GBTI+ vítimas de violência doméstica, o Ministério Público propôs ação constitucional para assegurar o direito fundamental de Rafael à segurança, à dignidade e à igualdade, invocando a jurisprudência mais atual do Supremo Tribunal Federal.

Com base no caso narrado e na jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta

- a) A negativa do pedido de medidas protetivas é legítima, pois a Lei Maria da Penha tem como pressuposto a violência de gênero contra a mulher, sendo inaplicável a casais homoafetivos masculinos.
- b) O Supremo Tribunal Federal reconheceu a mora legislativa em editar norma específica e determinou, por meio de mandado de injunção, a aplicação da Lei Maria da Penha a casais homoafetivos masculinos, em determinadas circunstâncias.
- c) O mandado de injunção não é a via adequada para suprir lacuna legislativa em matéria penal ou processual penal, razão pela qual eventual omissão deve ser solucionada pelo controle concentrado de constitucionalidade.
- d) A proteção contra violência doméstica nas relações homoafetivas já é plenamente assegurada pela legislação comum, não havendo necessidade de extensão da Lei Maria da Penha a esses casos.
- e) Apenas decisão vinculante em sede de ação direta de inconstitucionalidade pode obrigar o Poder Judiciário a aplicar analogicamente a Lei Maria da Penha em relações homoafetivas masculinas.

47. Joana, mãe solo de três filhos pequenos e residente em uma comunidade de baixa renda, teve seu acesso ao programa de transferência de renda do governo federal suspenso por mudança na regulamentação administrativa, sem qualquer justificativa individualizada. Com o corte do benefício, Joana ficou sem condições de prover alimentos e itens básicos para os filhos. Ela ajuizou ação buscando o restabelecimento do benefício, com base nos direitos sociais previstos na CF/1988, argumentando que a decisão violava seu direito ao mínimo existencial e à dignidade da pessoa humana.

Com base no caso e nos princípios constitucionais aplicáveis aos direitos sociais, assinale a alternativa correta

- a) O princípio da reserva do possível impede qualquer obrigação judicial ao Estado para garantir prestações sociais, como programas de renda mínima, por serem de caráter discricionário.
- b) O direito à assistência aos desamparados é um direito programático e, portanto, não pode ser exigido judicialmente, salvo após regulamentação específica.
- c) O Estado pode suspender ou modificar programas sociais a qualquer tempo, desde que respeitada a legalidade, não havendo vedação ao retrocesso social.
- d) A suspensão do benefício, sem fundamento legítimo e individualizado, viola o princípio do mínimo existencial, sendo possível sua judicialização.
- e) A concessão de benefícios sociais depende exclusivamente da vontade política do administrador, não havendo direito subjetivo do cidadão à sua manutenção.

48. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou resolução disciplinando a jornada de trabalho dos servidores do Poder Judiciário e impondo limites ao preenchimento de cargos em comissão e ao número de servidores requisitados ou cedidos de outros órgãos. A norma foi questionada perante o Supremo Tribunal Federal, sob o argumento de que invadiria competências locais e violaria o princípio da separação dos poderes, em razão do autogoverno dos tribunais.

Com base no entendimento do STF e na sistemática constitucional, assinale a alternativa correta

- a) A resolução do CNJ foi declarada inconstitucional, pois invadiu a competência administrativa dos tribunais estaduais e afrontou o princípio federativo.
- b) A resolução foi considerada parcialmente inconstitucional, uma vez que apenas os tribunais locais podem fixar a jornada de trabalho de seus servidores.
- c) A resolução foi considerada constitucional, por tratar de matéria administrativa com fundamento na competência do CNJ para controle da gestão do Judiciário.
- d) A resolução foi considerada constitucional, desde que aplicada exclusivamente aos tribunais superiores sediados em Brasília.
- e) A resolução foi considerada inconstitucional, pois apenas lei federal poderia estabelecer limites à ocupação de cargos em comissão no Poder Judiciário.

49. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), regularmente instalada no âmbito do Senado Federal, investigava denúncias de desvio de verbas públicas envolvendo contratos administrativos firmados por determinado órgão da Administração Pública Federal. Durante os trabalhos da Comissão, foram solicitadas diversas diligências, como quebra de sigilos, requisições de documentos e intimações de testemunhas. O presidente da CPI deliberou monocraticamente sobre a quebra de sigilo bancário de investigado, alegando urgência no andamento dos trabalhos.

À luz do sistema constitucional brasileiro e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta

- a) A CPI pode, excepcionalmente, decretar medidas cautelares de natureza civil ou penal, desde que relacionadas ao objeto da investigação.
- b) É válida a decisão monocrática do presidente da CPI quando houver urgência e risco de perecimento da prova.
- c) A CPI pode determinar a condução coercitiva de investigado que injustificadamente se recusar a depor.
- d) A CPI pode determinar busca e apreensão domiciliar, desde que autorizada pela maioria absoluta de seus membros.
- e) A quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico somente pode ser determinada por deliberação colegiada da CPI, observada a motivação e a maioria absoluta de seus membros.

50. Durante análise de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) apresentada por deputados estaduais, que visava modificar o regramento de sucessão do Governador em caso de dupla vacância no âmbito do Estado Beta, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa opinou pela possibilidade de criação de regras próprias, distintas daquelas previstas na Constituição Federal. O argumento era o de que, na omissão da Constituição Estadual, seria possível preencher a lacuna conforme o interesse local, inclusive atribuindo a função de substituição ao presidente do Tribunal de Justiça local.

Diante disso, assinale a alternativa correta

- a) A Constituição Estadual pode livremente prever que a substituição do Governador caberá a qualquer autoridade estadual, inclusive ao presidente do Tribunal de Justiça, diante da autonomia organizacional dos entes federativos.
- b) A lacuna da Constituição Estadual autoriza o exercício do poder constituinte derivado reformador com ampla liberdade, desde que observados os princípios fundamentais da República.
- c) A ausência de previsão expressa na Constituição Federal sobre a sucessão estadual impede o controle de constitucionalidade da PEC, em virtude da cláusula de reserva de conformação.
- d) As regras sobre substituição do Chefe do Executivo devem ser uniformes em todos os entes federativos, dada a simetria federativa obrigatória imposta pelo sistema presidencialista.
- e) A substituição do Governador, na hipótese de dupla vacância, deve respeitar o paradigma da Constituição Federal, sendo vedada a atribuição da função a autoridade que não integre o Poder Executivo.

51. Em um processo penal em tramitação no Tribunal de Justiça do Estado X, o Procurador de Justiça interpôs recurso contra acórdão, mesmo após verificar que o Promotor de Justiça de primeiro grau já havia se manifestado de maneira totalmente favorável à decisão recorrida. A defesa alegou que tal conduta violaria o princípio da coerência institucional do Ministério Público, requerendo o indeferimento do recurso.

Considerando os princípios constitucionais aplicáveis ao Ministério Público, assinale a alternativa correta

- a) O recurso deve ser indeferido, pois o princípio da unidade impede que haja manifestação contraditória entre membros do mesmo Ministério Público.
- b) A atuação do Procurador de Justiça viola a indivisibilidade do Ministério Público, já que o órgão não pode se manifestar de forma distinta em diferentes graus de jurisdição.
- c) A atuação do Procurador de Justiça está em conformidade com o princípio da independência funcional, que assegura autonomia a cada membro no exercício de suas atribuições.
- d) O princípio da unidade impede que o Ministério Público atue de forma fracionada, o que inviabiliza a interposição de recurso por membro hierarquicamente superior.
- e) A manifestação do Promotor de Justiça vincula os demais membros da instituição nos demais graus de jurisdição, sendo vedada a interposição de recurso pelo Procurador de Justiça.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

Ricardo Torques

52. O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública na subseção judiciária de Belo Horizonte – MG, pleiteando indenização por danos morais coletivos e obrigação de fazer, consistente na regularização de construção prejudicial ao meio ambiente. Pouco tempo depois, foi ajuizada ação entre particulares e distribuída a outro juízo federal, envolvendo a construção citada, com causa de pedir e pedidos diversos, tendo a União manifestado interesse na demanda. Caso se entenda que possa haver risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias, o Código de Processo Civil dispõe que:

- a) Haverá continência e os processos devem ser reunidos para julgamento conjunto.
- b) Haverá conexão e os processos devem ser reunidos para julgamento conjunto.
- c) Não haverá conexão, mas os processos devem ser reunidos para julgamento conjunto.
- d) Haverá conflito de competência e o Superior Tribunal de Justiça deverá decidir se os processos devem ou não ser reunidos.
- e) A reunião dos processos para julgamento é inviável diante da ausência de conexão.

53. O Ministério Público Federal ajuizou ação de improbidade administrativa em face de Carlos, em virtude de suposto desvio de verbas públicas apuradas no curso de inquérito civil. Em que pese a existência de infundáveis tentativas de localização do requerido nos seus sistemas internos, em nenhuma foi possível localizar o réu. Diante disso, o membro do *parquet* pleiteou auxílio para o juízo, a fim de que encontrasse nos sistemas do tribunal endereços para a localização do requerido, o que foi indeferido. Na fundamentação, o magistrado justificou não poder auxiliar na busca pelo requerido, pois isso implicaria em violação de seu dever de imparcialidade. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

- a) Agiu corretamente o magistrado, mas a justificativa para o indeferimento deveria ser a violação da paridade das armas.
- b) Agiu corretamente o magistrado tanto na conduta, quanto na justificativa.
- c) Agiu corretamente o magistrado, uma vez que não localizado o réu caberia ao autor pleitear a citação por edital e não pedir auxílio ao juízo.
- d) Agiu incorretamente o magistrado, pois quando comprovado o empenho da parte e o insucesso das medidas adotadas pelo autor, é possível o auxílio do juiz.
- e) Agiu incorretamente o magistrado pois, independentemente da comprovação de empenho da parte na busca por endereços, cabe ao juiz agir em colaboração com as partes.

54. Pedro, recém ingresso no cargo de Analista do MPU e lotado em Boa Vista – Roraima, exercerá suas funções junto ao Procurador da República com atribuição cível. Diante disso, começou a estudar as atribuições do Ministério Público no âmbito do Código de Processo Civil. Nos seus estudos, chegou à correta conclusão de que:

- a) Nas causas em que atuar, o Ministério Público somente poderá arguir a incompetência se ela for absoluta.

b) As perícias requeridas pelo Ministério Público não poderão ser realizadas por entidade pública, diante de sua independência funcional.

c) Os motivos de suspeição e impedimento não se aplicam ao Ministério Público, uma vez que não se exige dos seus membros uma atuação imparcial.

d) A participação da Fazenda Pública configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.

e) O membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

55. Em determinado cumprimento de sentença promovido pelo Ministério Público Federal, após tentativas infrutíferas de localização de bens do devedor, pretende-se instaurar incidente de desconconsideração da personalidade jurídica. Sobre o tema, assinale a alternativa que se coaduna com o disposto no Código de Processo Civil:

a) A instauração do incidente não é cabível no cumprimento de sentença.

b) Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por decisão interlocutória.

c) Acolhido o pedido de desconconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será nula.

d) Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 30 (trinta) dias.

e) A instauração do incidente não suspenderá o processo.

56. O Ministério Público Federal e o Ibama ajuizaram ação civil pública em desfavor de Bruna, buscando a reparação de dano ambiental oriunda de queimada ilegal. Inicialmente, o processo foi distribuído na Justiça Federal, mas o juízo federal declarou a sua incompetência e determinou a remessa dos autos à Justiça Estadual, sob o argumento de inexistência de interesse direto e específico do IBAMA em integrar o polo ativo da demanda. Ao receber o processo, o juízo estadual suscitou conflito de competência, entendendo que a presença do Ministério Público Federal seria suficiente para que a demanda tramitasse na Justiça Federal. De acordo com o entendimento dos tribunais superiores e o disposto no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) A circunstância de figurar o Ministério Público Federal como parte na lide não é suficiente para determinar a competência da justiça federal.
- b) Compete à Justiça Estadual decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas
- c) A decisão do Juízo Federal que exclui da relação processual ente federal pode ser reexaminada no Juízo Estadual, caso ilegal.
- d) Entendendo pela inexistência de interesse direto do IBAMA, o processo deveria ter sido extinto sem resolução do mérito, e não remetido para a justiça estadual, independentemente da possibilidade de atuação do Ministério Público Estadual.
- e) Entendendo pela inexistência de interesse direto do IBAMA, o processo deveria ter sido julgado improcedente, e não remetido para a justiça estadual.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Renan Araujo

57. Arnaldo, brasileiro, foi condenado no Japão por ter falsificado, naquele país, um passaporte

brasileiro. Depois do trânsito em julgado da sentença penal condenatória no Japão, Arnaldo se apresentou espontaneamente e cumpriu integralmente a pena de 03 anos de reclusão imposta naquele país. Após, Arnaldo decidiu se mudar para a Irlanda, e não regressou ao Brasil.

Nesse caso, é correto afirmar que Arnaldo:

- a) não poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo fato, por se tratar de extraterritorialidade hipercondicionada.
- b) somente poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo fato caso retorne ao país.
- c) poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo fato, sendo hipótese de extraterritorialidade incondicionada, pelo princípio da representação.
- d) não poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo fato, na medida em que se trata de hipótese de extraterritorialidade condicionada, já tendo cumprido pena no estrangeiro.
- e) poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo fato, mas a pena cumprida no exterior deverá ser computada na pena a ser cumprida no Brasil.

58. Acerca do concurso de agentes, assinale a alternativa correta:

- a) O código penal adotou, como regra, a teoria pluralista no que tange à punibilidade no concurso de pessoas.
- b) As condições e circunstâncias de caráter pessoal não se comunicam entre os agentes, ainda que sejam elementares do tipo penal.
- c) Na participação de menor importância a pena pode ser diminuída de um terço à metade.
- d) Na cooperação dolosamente distinta (ou participação em crime menos grave) o agente que quis participar de crime menos grave responderá por este.
- e) Prevalece na Doutrina o entendimento de que no Brasil se adota a teoria da acessoriedade máxima com relação à punibilidade do partícipe.

59. Jair, Oficial de Justiça Federal, dirigiu-se à casa de David, com vistas à realização de uma diligência de penhora determinada no bojo de determinado processo. Lá chegando, Jair anunciou a diligência, tendo sido recebido a socos por David, que buscava impedir a realização do ato de penhora. Jair, em razão das agressões, sofreu lesão corporal grave, e a diligência de penhora acabou não sendo realizada naquela data.

Nesse caso, a conduta de David configura:

- a) Resistência simples, apenas
- b) Desobediência e lesão corporal grave
- c) Resistência qualificada e lesão corporal grave
- d) Resistência qualificada, apenas
- e) Resistência simples e lesão corporal grave

60. Ricardo e Eduardo praticaram um furto a uma loja de celulares, subtraindo 30 aparelhos, avaliados em R\$ 10.000,00 cada. Ao empreenderem fuga, pediram a César, pai de ambos, que guardasse os aparelhos em sua residência. César aceitou guardar os aparelhos para beneficiar os filhos, que temiam a apreensão dos produtos e a perda do proveito do crime. Três semanas depois, Ricardo e Eduardo voltaram à casa do pai e levaram embora os aparelhos.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de César configura:

- a) participação no crime de furto praticado por Ricardo e Eduardo
- b) favorecimento pessoal, sem isenção de pena
- c) favorecimento real, sem isenção de pena
- d) favorecimento pessoal, com isenção de pena em razão do parentesco
- e) favorecimento real, com isenção de pena em razão do parentesco

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

61. Mário Bros é Diretor da Empresa SF123 e dedica grande parte de seu tempo para identificar novas ideias e oportunidades com vistas ao crescimento da organização. Pode-se dizer que Mário Bros desempenha, em grande parte de seu tempo, um papel

- a) decisório, de empreendedor.
- b) decisório, de alocador de recursos.
- c) informacional, de solucionador de conflitos.
- d) interpessoal, de empreendedor.
- e) interpessoal, de liderança.

62. “Promover a formação continuada e integrada de membros/as e servidores/as do Ministério Público da União para fortalecer a justiça, os valores democráticos e os direitos da sociedade, por meio de uma educação diversa, inclusiva e conectada com as necessidades atuais, a partir da inovação, do encontro e da troca de saberes.”

O trecho acima, extraído do Mapa Estratégico constante do Plano de Desenvolvimento Institucional 2025-2029 da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, representa

- a) a missão da ESMPU
- b) o plano da ESMPU
- c) a visão da ESMPU
- d) os valores da ESMPU
- e) a ética da ESMPU

63. O planejamento realizado pelos supervisores, que se preocupa com “o que” e “como” fazer, e que tem foco no curto prazo é chamado de

- a) planejamento estratégico
- b) planejamento tático
- c) planejamento operacional
- d) planejamento institucional
- e) planejamento global

64. O tipo de estrutura organizacional que, geralmente, decorre da fusão da estrutura baseada em funções (estrutura de apoio “permanente”, vertical) com a estrutura baseada em projetos ou produtos (estrutura “temporária”, horizontal) e que não leva em consideração o princípio da unidade de comando, é chamada de

- a) por processos
- b) linha-staff
- c) linear
- d) matricial
- e) funcional

65. João das Neves exerce influência sobre seus subordinados em decorrência de sua posição hierárquica superior, ou seja, em razão do cargo que ocupa na organização. Nesse caso, João das Neves exerce o tipo de poder

- a) Coercitivo
- b) de Referência
- c) Carismático
- d) de Informação
- e) Legítimo

66. Mario Bros, gerente de departamento da organização SF123, enviou uma mensagem pelo e-mail empresarial da organização, informando aos seus subordinados sobre a data e o horário de determinada reunião em que serão discutidas as novas metas para a equipe.

Esse tipo de comunicação pode ser caracterizada como:

- a) formal e ascendente;
- b) formal e lateral;
- c) formal e descendente;
- d) informal e ascendente;
- e) informal e descendente.

67. Os processos que entregam valor diretamente aos clientes e estão diretamente relacionados com a “experiência de consumo” do cliente são chamados de

- a) processos primários
- b) processos secundários
- c) processos de suporte
- d) processos de apoio
- e) processos gerenciais

68. A ferramenta da qualidade utilizada para identificar as causas prioritárias dos problemas, baseada na premissa de que 20% das causas geram 80% dos efeitos é conhecida como:

- a) Ciclo PDCA
- b) Diagrama de Ishikawa
- c) Diagrama de Pareto
- d) Fluxograma
- e) Histograma

69. O ciclo PDCA consiste em uma ferramenta que possui 04 etapas, e seu foco está na melhoria contínua. Nesse ciclo, a verificação dos resultados daquilo que foi executado ocorre na etapa

- a) P (Plan)
- b) C (Check)
- c) A (Act)
- d) D (Do)
- e) S (Study)

ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS*Ricardo Campanário*

70. Pedro é o responsável pela gestão de estoques de materiais do MPU. Em setembro, ele foi surpreendido por uma falha na entrega dos fornecedores de toners, e os gabinetes dos procuradores ficaram sem poder imprimir por falta de tinta. Nesse caso, Pedro deve acionar:

- a) o estoque de antecipação
- b) o estoque de segurança
- c) o estoque em trânsito
- d) o estoque líquido
- e) o estoque natural

71. Na reposição periódica, o intervalo entre as reposições _____ e o volume de compras por pedido _____.

- a) é fixo / também é fixo
- b) é fixo / tende a variar a cada compra
- c) varia a cada pedido / tende a variar a cada compra
- d) varia a cada pedido / tende a variar a cada compra
- e) é sempre mensal / também é fixo

72. O processo de recebimento é composto por 4 etapas. São elas:

- a) Entrada - Conferência Quantitativa - Conferência Qualitativa - Regularização.
- b) Pedido de Compra - Conferência Quantitativa - Conferência Completa - Regularização.
- c) Pedido de Compra - Conferência Quantitativa - Conferência Qualitativa - Desembarque.
- d) Entrada - Conferência Normativa - Inspeção - Regularização.
- e) Pedido de Recebimento - Entrada - Desembarque - Regularização.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA*Gabriela Zavadinack*

73. O orçamento-programa é uma das formas de elaboração orçamentária adotadas pela Administração Pública, com o objetivo de facilitar a execução de suas atividades. Assinale a alternativa que corretamente define o conceito de orçamento-programa:

- a) É um orçamento que detalha as receitas e despesas de forma simplificada, com foco no controle de caixa.
- b) É uma técnica orçamentária que visa à programação das ações do governo, associando-as a objetivos e metas a serem atingidos.
- c) É o orçamento que organiza as receitas de acordo com a origem e possui ênfase no controle contábil e financeiro.
- d) É um documento orçamentário que objetiva uma avaliação contínua das prioridades governamentais, exigindo que todas as despesas sejam justificadas a cada novo período orçamentário.
- e) É um instrumento orçamentário utilizado exclusivamente para o controle de contratos e convênios administrativos.

74. Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos – União, estados, Distrito Federal e municípios – são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da legalidade permite que a execução do orçamento público seja realizada de forma flexível, sem a necessidade de cumprimento rigoroso das normas legais.
- b) O princípio da exclusividade estabelece que a Lei Orçamentária Anual (LOA) deve contemplar todas as receitas e despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- c) O princípio do orçamento bruto permite o registro de valores deduzidos no orçamento caso se tratem de transferências obrigatórias entre entes da federação.
- d) O princípio da programação determina que as despesas devem ser classificadas de acordo com os fins ou objetivos e os respectivos meios, do que decorre a classificação funcional e programática.
- e) O princípio da universalidade possibilita a coexistência de vários orçamentos autônomos, mas que podem ser vistos de forma consolidada, permitindo-se assim uma visão ao mesmo tempo segregada e geral das finanças públicas.

75. Os instrumentos de planejamento orçamentário são essenciais para a organização e execução das políticas públicas, garantindo que os recursos financeiros sejam alocados de maneira eficiente e transparente. No Brasil, os principais instrumentos utilizados no processo orçamentário são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), cada um com funções e prazos específicos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) O PPA (Plano Plurianual) estabelece diretrizes para o exercício financeiro, enquanto a LOA (Lei Orçamentária Anual) serve como planejamento a médio prazo.
- b) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas fiscais da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- c) A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento da seguridade social, abrangendo os Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- d) O PPA tem validade de seis anos e sua aprovação depende de deliberação do Congresso Nacional.
- e) A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) define as prioridades do governo para o exercício seguinte e estabelece as metas fiscais, com base nas diretrizes e objetivos do PPA.

76. Assinale a alternativa correta sobre a classificação e a execução das receitas e despesas públicas, com base no Manual Técnico do Orçamento de 2025:

- a) As receitas públicas originárias são aquelas arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas, como os impostos e taxas.
- b) As despesas correntes são aquelas destinadas ao financiamento de investimentos, enquanto as despesas de capital se referem a gastos administrativos.
- c) O elemento de despesa, constante da classificação por natureza da despesa, indica se os recursos serão aplicados mediante transferência financeira ou, então, diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.
- d) Despesas orçamentárias com softwares e com a aquisição de equipamentos devem ser classificadas como despesas correntes, no grupo de natureza "Outras Despesas Correntes".
- e) Em regra, as receitas correntes aumentam o patrimônio líquido do ente público, enquanto as receitas de capital não geram efeitos sobre o patrimônio do ente.

77. Com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e na Lei nº 4320/64, assinale a alternativa correta sobre os restos a pagar:

- a) Restos a pagar não processados são despesas que foram empenhadas, mas não liquidadas e não pagas até o final do exercício, sendo consideradas como despesas orçamentárias do exercício seguinte.
- b) Registrado o empenho, mas não ocorrido o fato gerador da obrigação, e caso comprovadas as condições necessárias para inscrição de restos a pagar, dar-se-á a inscrição de Restos a Pagar Processados a liquidar.
- c) Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

d) Ocorrido o fato gerador da obrigação e procedido o estágio da liquidação antes do término do exercício em curso, as despesas deverão ser registradas ao fim do exercício como RP Processados "em liquidação".

e) Os Restos a Pagar com prescrição interrompida podem ser pagos à conta de suprimimento de fundos.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

78. As afirmações a seguir dizem respeito às receitas públicas em sentido estrito, com exceção de uma. Assinale-a:

- a) representam disponibilidades de recursos;
- b) são utilizadas para cobertura de despesas;
- c) aumentam o saldo financeiro.
- d) representam entradas compensatórias.
- e) Pertencem ao Estado.

79. Acerca das etapas da despesa orçamentária, analise as assertivas a seguir:

- I - A fixação da despesa orçamentária insere-se no processo de planejamento e compreende a adoção de medidas em direção a uma situação idealizada, tendo em vista os recursos disponíveis e observando as diretrizes e prioridades traçadas pelo governo.
- II - O pagamento só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa.
- III - Quando o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa a ser realizada, o empenho deverá ser reforçado.

Está(ão) correta(s):

- a) I, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

80. Acerca dos procedimentos contábeis acerca da despesa orçamentária, analise as assertivas a seguir:

I - Para fins de contabilidade patrimonial, verifica-se a existência de três tipos de relacionamentos entre o segundo estágio da execução da despesa orçamentária (liquidação) e o reconhecimento da Variação Patrimonial Diminutiva (VPD): antes da liquidação; simultânea à liquidação; e após a liquidação.

II - Além do registro dos fatos ligados à execução orçamentária, exige-se que sejam evidenciados os fatos ligados à execução financeira e patrimonial, bem como à apuração de custos, exigindo que os fatos modificativos sejam levados à conta de resultado.

III – No setor público, o regime orçamentário reconhece a despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho e a receita orçamentária pela arrecadação.

Está(ão) correta(s):

- a) I, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

Discursiva

Você já reparou como a ansiedade se tornou uma presença constante no vocabulário cotidiano? Não é raro ouvir alguém dizer que está “com crise de ansiedade” diante de tarefas simples, ou ver jovens sobrecarregados pelo futuro antes mesmo de viverem o presente. Para muitos, trata-se de um mal invisível, silencioso, mas profundamente corrosivo. No entanto, será mesmo que estamos mais frágeis? A ansiedade, nessa perspectiva, não seria apenas uma disfunção clínica, mas um sintoma social de um tempo marcado por excesso de estímulos, escassez de vínculos e medo constante do fracasso. Seria justo, então, responsabilizar os indivíduos por um sofrimento que talvez seja estrutural?

Com base no texto acima, produza um texto dissertativo-argumentativo, em que expresse sua opinião sobre as causas da epidemia de ansiedade na contemporaneidade, explorando diferentes perspectivas que ajudem a compreender a complexidade do problema.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
